



EXPEDIENTE

Assembléia Popular Mutirão por um novo Brasil

Metodologia para o processo da
Segunda Assembléia Popular

Textos: Antonio Moroni, Dalila Pedrini, Ivo Poletto,
Maureen Santos, Ir. Delci Frazen

Revisão Final: Rosilene Wanseto

Diagramação: Luciane Udovic Bassegio

Gráfica: Unisind Ltda

Informações e Contato

Secretaria Operativa da Assembléia Popular
Rua da Abolição, 227 – 2ª andar – tel.: (11) 3112-1524
site: www.assembleiapopular.org.br
correio eletrônico: assembleiapopular@terra.com.br

julho, 2007



ÍNDICE

1. Assembléia Popular em quatro tempos	04
2. Ter presente o acúmulo construído	05
3. Metodologia não é receituário	05
4. Nossa metodologia	06
4.1 - Em relação aos objetivos - ao ponto de chegada desejado	
4.2 - Em relação aos valores/características do projeto	
5. Como organizar AP locais/regionais	10
5.1 - A articulação das forças sociais	10
5.2 - A boa divulgação e um animador convite ao povo	11
5.3 - A realização da AP	12
A) Apresentação dos acúmulos	12
a) Dois olhares diferentes sobre o Brasil	13
b) Eixos temáticos	14
B) A relação com a realidade local	15
C) Contribuindo com a AP estadual e nacional	15
D) Compromisso com a continuidade	16
6. Assembléias Populares estaduais	17
6.1 - Articulação das forças sociais estaduais	17
6.2 - Realização da Assembléia Popular estadual	18
7. A Assembléia Popular nacional	19
7.1 - A valorização dos dois “tempos” anteriores	19
7.2 - Atenção à realidade nacional, AL e mundial	19
7.3 - Garantir um processo participativo	20
7.4 - Celebrar a caminhada	20
7.5 - Uma coordenação animadora	21
7.6 - Garantir a continuidade	22
8. O quarto tempo	22



Metodologia para o processo da Segunda Assembléia Popular

1. Assembléia Popular em quatro tempos

A 2ª Assembléia Popular – AP será realizada, no mínimo, em quatro “tempos”. Será um processo que articulará todo o trabalho feito para que sejam realizadas Assembléias Populares Locais ou Regionais (“tempo 1”), Estaduais (“tempo 2”), Nacional (“tempo 3”) e continuidade da caminhada para concretizar os compromissos assumidos (tempo 4) . A AP Nacional, com isso, tem seu começo nas APs Locais/ Regionais. As APs estaduais começam a juntar as propostas vindas das Locais, dando um passo importante de sistematização, que será completada na AP nacional. Estes “tempos” podem ser realizados em conjunto com o processo de formação e realização do Plebiscito sobre a anulação da privatização da Vale do Rio Doce.

Esses “4 tempos” não são separados e estanques. São interligados e permanentes sendo que cada tempo dá sentido e realimenta os demais. Isso que entendemos como processo.



2. Ter presente o acúmulo construído

Na verdade, nem as APs locais estão iniciando o processo, começando do zero. Todo o processo da 2ª AP precisa levar em conta o “acúmulo” das reflexões e práticas que a AP têm produzido desde outubro de 2005. Por isso, este acúmulo deve fazer parte da metodologia de nossa caminhada até outubro deste ano. Voltaremos a este assunto mais adiante.

3. Metodologia não é receituário

Tendo isso presente, o que é e por que precisamos de uma “metodologia”? Antes de construir uma resposta positiva, devemos afirmar que metodologia é muito diferente de “fórmula” ou “receita”. Não se quer, nem se deve aceitar receitas de como se deve fazer a caminhada, por que elas vêm prontas, feitas por alguém que sabe no lugar da gente e têm a pretensão de fazer que todos ajam do mesmo jeito. Essa prática é hábito das “direções centralizadas”, das chefias autoritárias, que temem e evitam a participação na hora de tomar decisões, definir as prioridades, planejar e avaliar as ações.

Esses receituários não servem para a AP porque ela quer ser espaço de participação, de construção coletiva, de articulação em rede. Além disso, eles estariam na contramão dos valores que sustentam a estratégia de unir as forças sociais para construir um novo Brasil: a igualdade entre as pessoas e as iniciativas sociais organizadas; o respeito e a valorização das diferenças; o diálogo; a democracia; a cooperação; a solidariedade.

Metodologia é muito diferente de “fórmula” ou “receita”.

A Assembléia Popular quer ser espaço de participação



4. Nossa metodologia

Metodologia para nós é, então, uma visão comum da caminhada e um conjunto de pistas para andarmos juntos buscando os mesmos objetivos. Faz parte dela pistas para realizar o trabalho nas APs Locais/Regionais, Estaduais e Nacional. Mas deverão ser indicados também os cuidados pedagógicos, que servem como garantia da prática participativa e de construção coletiva, sempre num clima democrático.

4.1 – Em relação aos objetivos – ao ponto de chegada desejado

A AP busca ser um instrumento de articulação das lutas dos movimentos sociais e de organização da sociedade civil.

A AP busca ser um instrumento de articulação dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil para a luta. É ainda um processo de organização do povo e um método de trabalho participativo das bases. O que buscamos é a construção de um projeto popular para o Brasil.

Como já lembrado acima, há dois objetivos gerais que precisam estar presentes em todo o processo da AP:

- 1) Construção conjunta de um projeto popular de Brasil,
- 2) Construção de um poder popular, capaz de torná-lo realidade.

É evidente que estes objetivos precisam ser buscados tendo presente quatro aspectos importantes em cada nível de assembléia:

A) Nas Assembléias locais/regionais: o projeto popular de Brasil precisa ter uma versão ligada às necessidades, potencialidades e possibilidades de cada localidade/região – será o projeto popular de cada localidade/região; ao mesmo



tempo, isso que é próprio da localidade será parte importante do projeto popular estadual e nacional. Para que cada Projeto Popular caminhe para tornar-se realidade, é vital organizar o poder popular local/regional e planejar ações que articulem as forças sociais em torno de objetivos e metas comuns.

B) Nas Assembléias Estaduais: da mesma forma, cada Estado precisa chegar a uma versão estadual de projeto popular, articulando e sistematizando o que foi elaborado e proposto nas AP locais/regionais, ligando com os problemas, as potencialidades e possibilidades do conjunto da realidade do Estado. É que será vital, mais uma vez, ir organizando o poder popular estadual, enraizado nas localidades, mas com capacidade de ir tornando realidade o projeto popular estadual.

C) Na Assembléia Nacional: tendo como raízes e bases as AP locais/regionais e estaduais, à AP nacional caberá juntar, sistematizar as propostas de projeto popular e de poder popular vindas dos Estados, dando-lhes sentido nacional. Além disso, deverão ser levados em conta os problemas, os desafios, as potencialidades e possibilidades de âmbito nacional, dando forma de unidade nacional ao que está sendo construído descentralizadamente.

D) Na continuidade do processo (retorno), este é um momento importante para percebemos o quanto a nossa luta local não é tão local assim, e por isso deve estar cada vez mais articulada com as chamadas lutas nacionais. Tudo que acontece na minha comunidade (local), acontece no nacional. Existem variações, mas, no essencial, tudo esta interligado.

Como se nota, cada âmbito não se limita a juntar e sistematizar o que foi elaborado e proposto nas AP anteriores. A realidade estadual é mais do que a soma das realidades locais/regionais, e precisa ser levada em conta nas AP. Da mesma

A
*Assembléia
Popular
Nacional vai
sistematizar as
propostas de
projeto
popular e de
poder popular
vindas dos
Estados*



*Muitas
demandas locais
dependem de
medidas políticas
estaduais e
nacionais.*

maneira, a realidade nacional é mais do que as realidades dos estados, e deve ser fonte de contribuições que só a AP nacional pode dar ao esforço conjunto. Na verdade, muitas demandas locais dependem de medidas políticas estaduais e nacionais; da mesma forma, muitas demandas estaduais dependem de decisões e prioridades nacionais. Por outro lado, tanto o âmbito estadual precisa das forças que vêm das localidades/regiões, como o nacional depende e precisa das forças locais/regionais e estaduais.

4.2 – Em relação aos valores/características do projeto

Que tipo de sociedade desejamos construir no Brasil? Ninguém sabe responder a esta pergunta de maneira completa. Mas as práticas dos movimentos, pastorais, organizações e entidades sociais que estão construindo a AP revelam muitas das qualidades desejadas para o Brasil que queremos. Destacamos algumas aqui, mas todos e todas devem ir completando isso no processo da 2ª AP. Queremos uma sociedade:

- em que todas as pessoas tenham sua dignidade respeitada, valorizada, garantida, vivendo relações iguais e complementares entre mulheres e homens, entre crianças e adultos, entre jovens e idosos, sem qualquer tipo de discriminação por motivo de raça, sexo, religião, cultura, orientação sexual;

- em que todas as pessoas tenham acesso ao trabalho, à terra para cultivar, se o desejarem, e terreno e casa para morar no campo e nas cidades;

- em que todas as pessoas tenham oportunidade e acesso a uma educação que ligue estudo com cidadania;



– em que as decisões que dizem respeito à vida do povo e do meio ambiente, e ao destino da nação, sejam tomadas com participação direta dos cidadãos e cidadãs;

– em que os/as governantes, em seus mandatos, obedeçam ao povo, defendendo e realizando nos espaços públicos o que é desejo e vontade dos que confiaram a eles os encargos temporários;

– que o trabalho e as/os trabalhadoras/es sejam valorizados, e que os frutos do trabalho sejam socializados, de tal maneira que todas as pessoas tenham acesso aos bens necessários para uma vida humana digna e aos direitos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais;

– em que os espaços de vida em comum, como as cidades, sejam cuidados para serem agradáveis e saudáveis para todas as pessoas, e que os serviços públicos privilegiem os direitos e bens coletivos, seja no transporte, nas ruas e praças, no zelo pela saúde, pela limpeza, pela educação, pelo lazer, no cuidado com a água e saneamento;

– em que o Estado e todas as instâncias públicas de poder estejam de fato a serviço dos direitos, da segurança e qualidade de vida de todas as pessoas;

– em que a economia esteja voltada à construção de um desenvolvimento sustentável em todos os setores, com controle do fluxo de capitais, auditoria da dívida e outros mecanismos de redistribuição da riqueza produzida, a serviço de políticas públicas universais, permanentes e emancipatórias, que respondam aos direitos econômicos da população.

Esses e outros valores/características, que desejamos presentes na sociedade brasileira e que estamos construindo, devem estar evidenciados em nossa agenda e serem cultivados

*Os valores
que desejamos
estar
presentes em
nosso Brasil
devem ser
cultivados em
nossas ações
práticas.*



também em todas as ações que constituem nossa prática cultural e política. Aquilo que queremos como meta, já deve ser concretizado em nossas vivências cotidianas. Eles serão a garantia da qualidade do processo de construção da 2ª AP em seus diversos tempos.

5. Como organizar AP locais/regionais

Destacamos três passos importantes:

- 1) a articulação das forças sociais;
- 2) a boa divulgação da AP – convite ao povo;
- 3) a reunião da AP.

5.1 – A articulação das forças sociais

É daqui que nasce a AP: do contato, do diálogo e da atração do maior número possível de movimentos, pastorais, universidades, organizações e entidades sociais afinadas com o desafio de construir um projeto popular de Brasil. Sem isso, podem acontecer boas assembléias, mas não será a AP que decidimos realizar na 1ª Assembléia de Brasília em 2005. Ela foi desejada e planejada para ser prática de articulação das forças sociais em torno de um projeto comum, guardadas as características de cada iniciativa.

*Temos que
somar para
construir um
projeto popular
para o Brasil.*

Por isso, o primeiro passo a ser dado pela equipe ou comissão promotora da AP local/regional é o levantamento das forças sociais existentes, sem pré-julgamentos, para que se possa alargar a participação popular. O passo seguinte é o plano de visitas, apresentação da proposta da AP, abertura de diálogo que ligue cada iniciativa com ela e, finalmente, o convite para que cada entidade participe e mobilize suas bases.



5.2 – A boa divulgação e um animador convite ao povo

O sucesso da AP depende, em boa medida, do jeito que ela for apresentada ao povo. Quem vai visitar e conversar com o povo precisa estar convencido de sua importância, transmitindo ânimo, esperança. Sem isso, como se conseguirá ir superando a dispersão das forças sociais?

Isso exige que as lideranças que animarão as AP locais/regionais tenham oportunidade de formação. Podemos seguir a experiência construída nos Plebiscitos populares que realizamos anteriormente: organizar encontros de formação de animadores em todos os estados, garantindo boa informação, conhecimento da proposta e seus objetivos, capacitação metodológica, motivação e mística. Ou melhor, pode-se contar também com os formadores que mobilizarão e organizarão o Plebiscito sobre a Vale do Rio Doce – que já participaram de encontro nacional de formação, em que ficou evidente a relação entre o Plebiscito e a AP.

É muito importante lembrar sempre do compromisso assumido na 1ª AP: *deve-se ir de casa em casa, apresentando a proposta e o convite ao povo*. Não basta um convite que parece um aviso; nosso compromisso é criar oportunidades para que as pessoas descubram seu poder cidadão e se sintam animadas a assumir sua responsabilidade junto com os outros.

Nesse sentido, vale lembrar que uma boa divulgação é aquela que consegue chegar aos cidadãos e cidadãs que não estão ainda articulados ou não sejam participantes de nenhum grupo ou comunidade; e é importante que estes se sintam motivados a participar e levar sua contribuição, especialmente no âmbito local/regional, em que esta participação poderá ser mais facilitada.

Uma boa divulgação é aquela que consegue chegar até aqueles que ainda não participam de nenhum grupo organizado.



5.3 – A realização da AP

Chegamos à hora em que as forças sociais e o povo mobilizado estarão reunidos em Assembléia Popular. O que fazer para garantir que ela aconteça de fato? Entre outras coisas que poderão ser feitas, destacamos algumas que precisam ser assumidas por todos: apresentação do caminho já andado – os acúmulos construídos; a ligação com a realidade local; a contribuição do local ao estadual e nacional; a continuidade da AP.

A) Apresentação dos acúmulos

É
importante
sempre fazer
a memória
dos passos já
dados pela
Assembléia
Popular.

Mesmo se está sendo realizada uma 1ª AP na localidade, é importante fazer a memória dos passos já dados. Isso serve para que não se pense estar começando do zero e para que, ao contrário, as pessoas se sintam participando de uma iniciativa que tem história.

Como fazer isso? Além das notícias mais gerais, será bom ter sempre presente o livro *O Brasil que Queremos*, em que estão sistematizadas as propostas elaboradas nas mais de 150 Semanas Sociais Brasileiras, nas diversas Assembléias Populares e na própria 1ª AP Nacional, realizada em outubro de 2005, em Brasília.

Para facilitar, recordamos aqui as duas visões de Brasil presentes neste livro e os principais eixos temáticos do projeto popular de Brasil em construção. É bom lembrar sempre que tudo que foi elaborado serve de ferramenta de trabalho para quem continua a caminhada; nunca se deve tomar como um conjunto de verdades a serem seguidas, ou como a última palavra; estamos sempre em processo de construção e é o momento de aprofundar, aperfeiçoar e expandir as reflexões feitas.



a) Duas visões diferentes sobre o Brasil

A primeira delas é a que temos presente em nossas costumeiras reflexões e em nosso esforço para definir o que desejamos que seja o nosso país: pensa-se o Brasil como uma coisa só, uma unidade simples, que pode ser planejada por eixos temáticos gerais, que valeriam igualmente para todo o país.

A outra “visão sobre o Brasil” é nova para nós, e ela foi assumida pela 1ª AP como uma forma de valorizar as diferentes regiões do país. Percebemos que as diferenças são bem maiores e mais profundas do que costumamos imaginar. Na verdade, o Brasil é uma unidade formada por seis biomas, seis berços de vida, seis regiões geográficas e socioculturais diferentes: Amazônia, Cerrado, Caatinga (Semi-Árido), Mata Atlântica, Pantanal e Pampa. Cada uma delas tem uma história diferente, tanto se retomamos a história da terra – que formou esses seis berços diferentes de vida –, como se retomamos a história humana, já que ela se realizou na construção de diferentes culturas nos diferentes biomas.

Levando estas diferenças a sério, surge o desafio político de pensar o Brasil que queremos a partir de cada bioma. Os povos de cada bioma precisam pensar a sua vida no bioma, tendo presente suas potencialidades e limites, e contribuir com a unidade nacional a partir de suas características geográficas, ecológicas e socioculturais. É todo um outro caminho, fruto de outra visão. Trata-se de uma unidade que se faz com a relação entre biomas diferentes.

Na 1ª AP os que vivem e são parte dos povos de cada bioma começaram a elaborar propostas do Brasil que queremos partindo de seu bioma. No processo da 2ª AP isso deveria ser aprofundado, para que o projeto popular de Brasil seja inovador também no modo de pensar o país. Além do mais, este é o



Um desafio político é pensar o Brasil que queremos a partir de cada bioma.



melhor caminho para quem quer levar a sério os avisos que recebemos sobre a saúde do Planeta Terra, agredido pelos gases que provocam seu aquecimento, agravando seriamente as condições de vida em todo ele.

b) Eixos temáticos

Na primeira “visão” as propostas foram sistematizadas em dez eixos temáticos:

- Valores, gênero e etnias
- Sistema político
- Trabalho
- Cidades
- Campo
- Economia
- Comunicação
- Educação e cultura
- Saúde

Muitas reflexões, propostas e novos temas foram construídos a partir da 1ª AP

A base está no livro *O Brasil que queremos* que juntou o que se construiu coletivamente no processo da 1ª AP. Por isso, é importante lembrar deste acúmulo para que os participantes do “primeiro tempo” da 2ª AP se sintam convidados a contribuir, seja em relação à realidade local, ligada ao bioma em que está inserida, seja em relação ao estado e todo o seu bioma, seja em relação ao Brasil como um todo.

Muitas reflexões, propostas e novos temas foram construídos a partir da 1ª AP, nascidas do aprofundamento das práticas, da gestação de novas experiências e do momento político que vivemos (Brasileiro e Latino Americano), e deverão ser levadas à 2ª AP. Por exemplo: a integração solidária dos



povos, a política de segurança pública, o modelo energético, reforma política e reforma da previdência social. Algumas pistas sobre os novos temas você encontrará no final desta cartilha.

B) A relação com a realidade local

É na realidade local que se enraíza o debate e as lutas pelo Brasil que queremos. Por isso, nada de fazer da AP apenas um debate para tirar propostas para a AP nacional. A memória do acúmulo construído serve como estímulo para abrir o debate sobre a realidade e sobre o que se pode e deve fazer para que cada localidade, cada município ou região seja o que queremos que seja. O projeto popular de Brasil depende dos projetos populares de cada localidade e região. Da mesma forma, só teremos um poder popular real quando ele estiver organizado e ativo em cada localidade e região.

É na realidade local que se enraíza o debate e as lutas pelo Brasil que queremos.

É bom lembrar que cada localidade/região faz parte de um determinado bioma. E que, por isso, tudo deverá ser repensado e replanejado para que nossas ações cuidem da fonte de vida que é a Terra, e para que se possa colher bons alimentos dela para a nossa e para as próximas gerações.

C) Contribuindo com a AP estadual e nacional

O debate sobre a realidade local/regional deverá revelar que muitas coisas necessárias dependem de ações políticas estaduais e/ou nacionais. Por isso, é importante que a AP local/regional se esforce, também, para entender bem a realidade mais ampla, estadual, do bioma, do país. Só assim poderá colaborar com propostas para que o projeto popular estadual e nacional responda às necessidades e direitos locais. Só assim poderá somar suas forças com as do estado e do país para, juntos, constituir um poder popular capaz de transformar a realidade e construir um Brasil que seja casa para e com todos os brasileiros/as.



D) Compromisso com a continuidade

A AP será como “fogo de palha”, ou como um “pé de fruta”, que se renova e produz novos frutos sempre? Essa dúvida, legítima, precisa de uma resposta da própria AP local/regional. Ninguém pode garantir a continuidade senão ela própria.

É muito importante que cada AP seja um passo adiante em termos de articulação e de organização.

Por isso, é muito importante que cada AP seja um passo adiante em termos de articulação e de organização. E é preciso que tudo seja feito de forma transparente e seja fruto da participação. Como mínimo, deveria surgir e ser confirmada uma nova Comissão coordenadora da AP, diferente, mais ampla do que a que organizou esse “primeiro tempo” da 2ª AP. Mas podem surgir outras comissões e equipes, a depender do que for decidido e planejado.

Uma das tarefas ligadas à continuidade tem a ver com a decisão sobre quem irá participar da AP estadual. Não seria correto deixar para depois, já que isso se presta a dúvidas sobre quem toma decisões, sobre possíveis controles e instrumentalizações da AP. É sempre melhor definir critérios e, a partir deles, construir o acordo sobre quem representará a AP local no “segundo tempo” do processo – a AP estadual. Junto com a formação da delegação, é necessário debater e organizar-se para levantar recursos de apoio a ela, para que a viagem e demais gastos sejam feitos com autonomia e responsabilidade.

Vale lembrar, por mais que pareça desnecessário, que estes delegados assumem o compromisso de trazer de volta tudo que acontecer e for encaminhado na AP em que participarão. Sem isso, não haverá continuidade local nem bom funcionamento dos laços de solidariedade necessários para o exercício do poder popular democrático.



6. Assembléias Populares estaduais

As AP estaduais são o “segundo tempo” do processo da 2ª AP de 2007. Elas precisam ser realizadas com o máximo de cuidado porque o evento nacional depende, em boa medida, delas. Sem elas, de onde virão os participantes da AP nacional? É evidente que a “representação” seria feita apenas a partir dos movimentos, pastorais, organizações e entidades que têm organização nacional. Isso empobreceria muito a caminhada rumo a um projeto popular de Brasil e tornaria mais frágil a caminhada rumo a um poder popular efetivo e exigente.

As AP estaduais contam com dois pontos de partida importantes: as reflexões e propostas elaboradas nas AP locais/regionais e o livro “O Brasil que Queremos”, que expressa o acúmulo anterior ao processo atual. Por outro lado, cabe-lhe avançar em dois sentidos: na reflexão sobre a realidade estadual e na elaboração de propostas específicas para levar à prática o projeto popular para o estado, além de propostas para o conjunto do país. Vamos examinar tudo isso por partes.

6.1 – Articulação das forças sociais estaduais

Como este é o objetivo permanente da AP, é fundamental que haja avanços nos estados para que a 2ª AP nacional se torne mais forte do que a 1ª. Para isso, as pistas indicadas para as localidades/regiões servem também para o trabalho nos estados: levantamento das forças sociais; visitas, diálogos, convites; animar a mobilização de suas bases.

Uma das características do processo deve ser a presença e participação de novas forças sociais nos espaços de coordenação. É dessa forma que cresce seu compromisso e corresponsabilidade, e se vivencia a democracia.

Uma característica do processo deve ser a presença e participação de novas forças sociais nos espaços de coordenação.



Diante da necessidade de incorporar novas forças sociais no processo de construção da AP estadual e nacional e que não necessariamente tenham participado da AP local, cada coordenação estadual elaborará os critérios de participação.

6.2 – Realização da Assembléia Popular estadual

Sugere-se, em princípio, quatro passos:

- 1) valorização das reflexões e propostas das AP locais/regionais;
- 2) ligação com os acúmulos do processo de AP, sejam os nacionais ou os estaduais;
- 3) aprofundamento da reflexão sobre a realidade do estado e elaboração de propostas específicas para a dimensão estadual do projeto popular de Brasil – levando a sério os desafios e potencialidades do bioma em que o estado se encontra;
- 4) decisões conjuntas sobre a continuidade do processo de AP no estado, renovando/ampliando a coordenação, criando outras comissões/equipes, como, por exemplo, a que cuidará da captação de recursos para a AP; faz parte desse bloco a eleição transparente dos que participarão do “terceiro tempo” da 2ª AP em outubro, em Brasília, bem como buscar formas para que esta participação se dê com o máximo de auto-sustentação estadual, garantindo igualmente a autonomia.

É importante a reflexão sobre a realidade de cada estado para uma dimensão estadual do projeto popular de Brasil.



7. A Assembléia Popular nacional

Será realizada nos dias 22 a 25 de outubro de 2007, em Brasília. Prevê-se a participação de dez mil pessoas – um número que será confirmado a depender do enraizamento nos municípios/regiões e estados e da disponibilidade de recursos.

Como levar à prática a metodologia que a AP se propõe num evento com tantas pessoas? Elencaremos alguns dos cuidados metodológicos necessários.

A Assembléia Popular Nacional será realizada nos dias 22 a 25 de outubro/07

7.1 – A valorização dos dois “tempos” anteriores

O primeiro desafio será a valorização, através de um processo de sistematização, das reflexões e propostas elaboradas nas AP locais/regionais e estaduais. Para isso, o melhor caminho é o envio dessas reflexões e propostas com antecedência para que uma equipe faça sua sistematização; mesmo assim, será importante uma primeira atividade em tendas por grandes regiões, para que os participantes complementem o que consideram que foi esquecido ou modifiquem o que foi mal interpretado.

Em anexo esta um roteiro a ser enviado a secretaria operativa nacional ate o dia 31 de agosto de 2007.

7.2 – Atenção à realidade nacional, latino-americana e mundial

Um segundo desafio será a análise das realidades nacional, latino americana e internacional. No nível nacional, é fundamental ter em conta as diferenças regionais, de biomas,



de culturas. Nos níveis latino-americano e mundial, é necessário trabalhar um debate de conjuntura que ajude a perceber as implicações das diversas transformações que neles ocorrem, bem como seus rebatimentos na política nacional e na vida dos cidadãos e cidadãs brasileiros. É preciso fazer análises críticas, mas que tenham presente o que está sendo criado pelos movimentos da sociedade, já que seu objetivo maior, junto com a formação permanente, deverá ser a elaboração dos avanços necessários ao Projeto Popular de Brasil, em construção desde a 1ª AP, uma construção enriquecida pelas AP locais e estaduais.

7.3 – Garantir um processo participativo

A metodologia do evento AP nacional deve ser o mais participativo possível. O importante é que seja espaço de debates e de respeito a diversidade, ajudando a avançar na construção do projeto popular para o Brasil.

*As decisões
finais da AP
deverão ser
tomadas em
plenária.*

As decisões finais da AP deverão ser tomadas em plenária, depois de serem sistematizadas e elaboradas em grupos de discussão.

A participação deverá ser garantida e alimentada também nos espaços destinados às expressões artísticas e às vivências de mística.

7.4 – Celebrar a caminhada

Duas são as formas mais adequadas para se celebrar a caminhada já empreendida, bem como os novos compromissos que irão sendo assumidos: tempos bem organizados e participativos de mística, e espaços e tempos de valorização da cultura popular.



Nada disso será garantido sem a devida organização. Por isso, duas Comissões deverão ser constituídas, uma planejando e animando a mística e outra organizando os espaços e tempos para curtir as diferentes expressões da cultura popular.

7.5 – Uma coordenação animadora

Uma atividade tão complexa depende da atuação bem firme e pedagógica de uma Comissão de Coordenação geral da 2ª AP. Além de uma equipe animadora da programação previamente elaborada, ela deverá ser constituída também por outras equipes: uma Equipe de Assessoria Pedagógica – que garanta o processo participativo e o foco nos objetivos; uma Equipe de Finanças; uma Equipe de Infra-estrutura. Será aconselhável contar ainda com uma Equipe que cuide dos Imprevistos, garantido providências rápidas diante de problemas não previstos.

*Uma
atividade tão
complexa
como a AP,
depende da
atuação bem
firme e
pedagógica de
uma
Comissão de
Coordenação.*

A força da coordenação não tem raiz apenas na competência das pessoas que dela farão parte. Ela depende, em boa medida, da representatividade que tiver e da confiança que a Plenária tiver em relação ao seu modo de agir. Por isso, é essencial que seja constituída com boa representação dos movimentos, entidades, pastorais e organizações que mobilizarem suas base para participar da 2ª AP, e que os critérios de escolha sejam de conhecimento público. Por outro lado, a forma democrática e pedagógica de agir da coordenação será a garantia de bom funcionamento geral da AP, unindo a todos/as na busca dos objetivos comuns.



7.6 – Garantir a continuidade

Para que sejam assumidos por todas/os os/as delegados/as, é indispensável destinar tempo para que a Plenária confirme as prioridades e as propostas de ações conjuntas. Além disso, e de forma transparente, será necessário tornar públicas, e serem aprovadas, as propostas de composição da coordenação nacional, da coordenação ampliada, da secretaria operativa, o local em que estará o ponto de referência, para o “4 tempo”.

Além disso, na medida da necessidade, a depender das propostas aprovadas, será bom dar encaminhamento e ratificar a composição de Comissões nacionais. Ganha-se, com isso, maior confiança em relação a todo o processo e, conseqüentemente, maior disposição de participar das mobilizações assumidas.

8. O quarto tempo

Mirando o tempo de agora até outubro de 2007, faremos uma caminhada de assembléias em três tempos. Contudo, é preciso lembrar que haverá um “quarto tempo”: a continuidade da caminhada a partir da 2ª AP, buscando, ao mesmo tempo, “o Brasil que queremos” – um projeto popular e democrático para nosso país – e o crescimento do “poder popular” – única força capaz de tornar o projeto popular uma realidade concreta. Por certo, fará muito bem a todas/os e será potencializador que, após o “tempo 3”, possamos voltar ao povo das comunidades e estados e contar a riqueza do encontro, as propostas e compromissos assumidos para o “tempo 4”. É necessário ter sempre presente o que se quer alcançar, pois só assim seremos capazes de traçar uma linha entre a realidade de hoje e o Brasil que desejamos para nós e todos/as brasileiros/as.

*É
necessário ter
sempre
presente o que
se quer
alcançar.*



Por uma Integração solidária dos Povos

As diversas propostas de integração de nossa região levantam algumas perguntas fundamentais. Que integração queremos e para quem? Para os setores privilegiados de nossas sociedades? Para que os capitais possam mover-se livremente em todo o continente?

Ou uma integração dos povos, para as minorias empobrecidas, excluídas, para os migrantes? Não é suficiente que seja uma integração latino-americana ou sul-americana para que corresponda aos interesses populares. Tudo depende do modelo de integração que se propõe.

Não nos interessa uma integração orientada pelo individualismo possessivo ou pela competitividade de todos contra todos, onde estejam garantidos os interesses dos mais fortes através da exploração e exclusão dos mais fracos, dos mais débeis, ou seja uma integração que aprofunda as inaceitáveis desigualdades atuais.

Queremos uma integração orientada pelos valores da igualdade, participação, pluralidade, que reconheça e valorize e que torne possível o desenvolvimento da extraordinária multiplicidade de formas de vida dos povos de nosso continente.

Algumas características são fundamentais no processo de integração:

A América Latina deve ser entendida como uma unidade, respeitando as diferenças e culturas e articular as diferenças; deve garantir o protagonismo dos sujeitos sociais num espaço plural, democrático, sustentável e eqüitativo, como um processo que não pode ser imposto; deve promover a complementaridade

*Queremos
uma
integração dos
povos para as
minorias
excluídas.*

*Queremos
uma
integração
orientada por
valores de
igualdade e
participação.*



em vez da competitividade entre os países e que busque acima de tudo o bem comum. Deve garantir uma integração geopolítica concebida como parte dos processos de resistência à ordem global que pretende impor uma política unilateral e imperial do capital transnacional a partir dos Estados Unidos.

Enfim, deve garantir o direito à livre circulação em nossa região, onde as pessoas possam trabalhar e ter todos os direitos garantidos em qualquer lugar onde se encontram; garantir o direito ao voto e que todos possam ser cidadão aonde se encontram, contribuindo para a construção da cidadania universal ou regional.

Segurança Pública

O novo conceito de Segurança Pública está baseado no controle social do sistema de Segurança Pública do Estado, realizado pela sociedade civil organizada em comunidades, associações e ONGs, pela mediação dos conflitos, justiça restaurativa, entre outros instrumentos disponíveis.

Reformas para que?

Muito se tem falado, e não é de hoje, em reformas no Brasil, mas pouco se fala na natureza dessas reformas. Geralmente as reformas são apresentadas como a solução de todos os problemas e mazelas do país. Foi assim com a reforma da previdência, é assim com a reforma tributária. Também não é diferente com a chamada reforma política. Ficamos com a sensação de que se a Reforma “em moda” não for feita, o Brasil vai acabar.

Antes de mais nada, precisamos analisar a natureza de cada reforma. Por exemplo a reforma da previdência não foi pensada em como incluir os milhões de brasileiros e brasileiras que estão fora do sistema previdenciário. Pensou-se em uma reforma para tirar direitos conquistados através da luta dos/as trabalhadores/as, desmontar o conceito de seguridade social da Constituição de 1988 (saúde, previdência e assistência soci-

A reforma da previdência não foi pensada em como incluir os milhões de brasileiros e brasileiras que estão fora do sistema previdenciário.



al) e, principalmente, desmontar o sistema público de previdência, incluindo as regras de mercado numa política que é de proteção social.

A reforma tributária não é pensada em como tornar o sistema tributário Brasileiro mais justo e sim equalizar as disputas das três esferas de governo pelos recursos. O sistema tributário brasileiro é um dos mais injustos do mundo, pois faz com que quem ganha menos contribua mais e quem ganha mais contribua menos, ferindo o princípio constitucional da progressividade das tributações (quem mais ganha mais contribui).

Com a reforma política não é diferente. Ela é vista como uma forma de equalizar as disputas pelo poder pelos grandes partidos, por isso tem um caráter apenas de reforma do sistema eleitoral e não reforma de quem exerce o poder, de como se exerce o poder, em nome de quem se exerce o poder e quais os mecanismos que se tem para controlar o poder. Enfim, a reforma política deve ser a reforma do poder e não apenas do sistema eleitoral (que é consequência do sistema político que ai temos).

Tradicionalmente, no Brasil, a reforma política entra na pauta do Congresso e do Executivo em momentos de escândalos, crises políticas ou de fragilidade da hegemonia do grupo que está no poder. Foi assim na ditadura militar quando o poder da Arena foi ameaçado pelo MDB que podia ter a maioria parlamentar. O poder de plantão resolveu a questão conseguindo novos deputados e senadores arenistas, através da criação de novos estados, seja por desmembramento dos existentes ou transformação dos territórios em estados. Sem falar nos senadores biônicos.

Na verdade o que esta sendo chamada de reforma política não passa de uma reforma do sistema eleitoral, num momento de forte questionamento e desgaste da vida e da atuação política partidária.

A reforma política deve ser a reforma do poder e não apenas do sistema eleitoral



*A verdadeira
reforma
política não se
reduz a
reforma do
voto, dos
partidos ou da
representação.*

A verdadeira reforma política não se reduz a reforma do voto, dos partidos ou da representação, mas sim a reforma das instituições políticas e do Estado, criando uma nova forma de se exercer o poder e com mecanismos de controle público do Estado. A verdadeira reforma política devia partir da necessidade da ampliação dos espaços de participação cidadã e dos sujeitos políticos, isso é, deveríamos estar discutindo a democracia representativa, combinado com a democracia participativa e direta. Não podemos esquecer da democratização da comunicação e da informação e do poder judiciário. Em fim um novo modelo de democracia, que reconhece as diferentes formas de se fazer política e os seus diferentes sujeitos.

2ª. Assembléia Popular – AP Mutirão por um Novo Brasil

Roteiro para Sistematização do Processo Estadual

1. Como a AP está se concretizando no estado? Quais forças sociais estão comprometidas neste processo?
2. Quais os temas aprofundados na AP Estadual?
3. Quais as principais lutas construídas no processo da AP, sendo desenvolvidas no estado?
4. Quais são os sinais de que o povo está mais consciente, organizado e com mais poder?

5. O que se constata “de novo” com relação a sujeitos, lutas, conteúdos, metodologia, expressões, busca de saídas, articulações?

6. No que os Plebiscitos (da dívida/2000, da ALCA/2002 e o de 2007), tem ajudado na construção do poder popular?

7. Quais as principais estratégias que o estado indica, para a continuidade da AP na construção do Projeto Popular para o Brasil?

Nome do Estado:

Quantas pessoas participaram da AP Estadual:

Quem e quantas pessoas responderam ao questionário:

Nota:

As respostas devem ser enviadas à Secretaria Operativa até 31 de agosto.

Até 15 de Setembro – sistematização das contribuições vindas do roteiro e elaboração do Instrumento de trabalho da II AP.

22 e 23 de setembro – o instrumento finalizado será distribuído e analisado na reunião de coordenação da AP e servirá na preparação dos delegados/as da 2ª AP em outubro.

Materiais à disposição

- Caderno “Brasil que Queremos” (acúmulo da 1ª AP)
- Caderno “De onde vem e para onde vai a AP”
- DVD sobre a 1ª AP
- Documento da 1ª AP (carta e próximos passos)